

daquele país sobre Porto Rico, Chile, Cuba e Nicarágua (cap. 3); o cosmopolitismo dos intelectuais e as suas produções, mostrando que ocorre o divórcio entre o intelectual — a “classe culta” — “com a sua produção cultural, por um lado, e o ‘povoação’, camponeses, operários e mineiros, ou índios, negros e brancos, por outro” (cap. 4); as transformações culturais ocorridas em Cuba e Nicarágua, após a irrupção das revoluções antiimperialistas (cap. 6); etc. Além disso, dedica todo um capítulo (“Carnavalização da tirania”) ao comentário de romances, estudos e biografias escritos por latino-americanos acerca da ditadura, da figura do ditador e, enfim, sobre o processo de representação política e das alianças de classes que se estabelecem na região. Para esta empreitada utiliza-se, entre outros, de Jesus de Galindez, Asturias, Roa Bastos, Alegria, Neruda, García Marques, Oduvaldo Viana Filho e Ernesto Gardenal. Assim, “Pablo Neruda, em *Canto geral*, trabalha largamente os verdugos e as oligarquias. Além dos conquistadores e libertadores, camponeses e operários, índios e negros, trabalha as tiranias. . .” (p. 91). Dentro dessa visão, a figura do ditador está presente como produto e símbolo da opressão, do imperialismo: “é longa a procissão dos ditadores, atravessando a História. Cada um segundo o seu tempo: Francia, Diaz, Gomez, Estrada, Ubico, Trujillo, Stroessner, Médico, Pinochet, Anaconda Copper Mining Co., United Fruit Co., International Telephone and Telegraph Corporation (ITT) e outros tantos ainda serão os ditadores neste hemisfério” (p. 92).

*Revolução e cultura* é indispensável aos que pretendem ter em mãos uma breve história da cultura da América Latina, embora em algumas passagens o autor frustre o leitor, devido ao não-aprofundamento de alguns tópicos. De qualquer maneira, Ianni sempre está com as antenas bem sintonizadas, e oferece o que há de mais atual em cada um dos assuntos aos quais se dedica — e apenas isso já seria motivo suficiente para recomendar a leitura desse livro polêmico e criativo.

Afrânio Mendes Catani

Professor no Instituto de Letras,  
Ciências Sociais e Educação  
da Unesp (Araraquara).

Ferreira, Francisco Whitaker. *Planejamento sim e não (um modo de agir num mundo em permanente mudança)*. 4. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 157 p.

Editado originalmente em 1978, *Planejamento sim e não* passou meio que despercebido, apesar de já ter alcançado sua quarta edição. Nesses cinco ou seis anos nada ou quase nada se falou acerca do trabalho de Whitaker Ferreira, que hoje trabalha na Associação Paulista de Solidariedade no Desemprego.

Livro curioso e pouco convencional em sua forma e conteúdo, *Planejamento sim e não* conta com mais de uma centena de ilustrações de Claudius e é escrito num tom descontraído, qual seja, o de uma conversa fictícia entre dois amigos que se prolonga de um não menos fictício 19 de setembro a um sábado (ou “quase domingo”), 21 de novembro. Ou, nas palavras do autor, “as páginas que se seguem contêm simplesmente o registro de uma conversa que nunca existiu, os comentários de um ouvinte igualmente imaginário, e uns tantos desenhos sobre os assuntos tratados. Foi a forma que encontramos para evitar o discurso engravatado que deita sabedoria e termina por complicar, amedrontar e mistificar. Quando as coisas em verdade são mais simples e mais sérias, e sempre exigem que inventemos”. E acrescenta, modestamente: “Como toda conversa e todo desenho, este livro somente sugere pontos de reflexão e discussão. Esperamos que possa prestar algum serviço para quem se disponha a utilizá-lo como um pequeno guia de trabalho” (p. 9).

No final dos anos 60, início dos 70, esteve muito em voga o tema do planejamento, com as conseqüentes análises do papel desempenhado pelo Estado (capitalista ou socialista) no processo de planificação. Assim, vieram à tona livros e artigos, no exterior e no Brasil, que analisavam os prós e contras dessa ação (ou intervenção) estatal. Marxistas, liberais, tecnocratas, direitistas empedernidos e

outros — enfim, quase todos — lançaram lenha na fogueira. E o resultado foi uma profusão de publicações em que eram estudadas as mais variadas técnicas de planejamento; onde se defendia a criação de órgãos e autarquias com a função de gerir os projetos que estavam sendo implementados; onde se criticava ou se advojava a excessiva participação do capital estatal no total dos investimentos de várias economias de mercado; em que se procurava conhecer — a nível formativo e analítico — todas as etapas do processo de planejamento nas economias socialistas; etc.

Ultrapassando os modismos de 10 ou 15 anos atrás, Whitaker Ferreira inicia seu trabalho realizando um breve histórico sobre as origens do planejamento, deixando claro que a elaboração de planos “é coisa provavelmente conhecida do homem desde que ele se descobriu com capacidade de pensar antes de agir”. Entretanto, foi com o desenvolvimento comercial e industrial, ocorrido com o capitalismo, “que a preocupação de planejar começou a invadir a área da economia. E daí para diante ninguém mais pode segurar a pressão”. À medida que os negócios dos comerciantes dos tempos iniciais do capitalismo foram se expandindo, a administração das fortunas começou a exigir novas formas de conduta: cada vez mais era necessário “saber prever, antecipar situações, arriscar fundos, lançar projetos de novos negócios, provar aos associados eventuais a probabilidade de ganho. Era um certo tipo de planejamento que começava a ser uma exigência normal da atividade econômica dos ricos da época, cujas ‘escolas de administração de empresas’ eram a prática cotidiana da luta concorrencial” (p. 27/28). Com a industrialização, observa-se a ocorrência de um novo salto qualitativo: a máquina entra para dar maior produtividade à mão-de-obra, “que produzia as mercadorias cuja venda permitia aumentar o capital aplicado e assim ganhar mais poder na luta com os concorrentes (. . .). O problema sendo garantir o mais baixo nível de custos possível e o escoamento adequado dos produtos fabricados, passava a ser necessário prever bem prevista a entrada das matérias-primas, o ritmo das máquinas, as funções dos operários, os horários, o nível dos salários, o comportamento dos mercados. Questões que se tornavam cada vez mais importan-

tes à medida que as máquinas faziam aumentar os ateliês de produção, reunindo mais gente trabalhando junta e jogando para a venda uma quantidade cada vez maior de mercadorias" (p. 28).

Nas chamadas economias de mercado, "do planejamento de monumentos, casas, cidades, se havia passado ao planejamento dos negócios e da atividade industrial, à administração de empresas, à organização do trabalho, e se forçava a passagem ao planejamento de toda a economia, com o que entrava em cena, como planejador, o próprio governo. O que com o tempo iria implicar invadir as mais diversas áreas com a nova mania do planejamento: a agricultura, a educação, a saúde, a habitação, os transportes etc." (p. 33).

Com a célebre crise de 1929, observou-se uma mudança significativa na ação do Estado. Ficou claro que era impossível a continuidade da *forma de Estado liberal* (correspondente à etapa concorrencial da fase de reprodução ampliada do modo de produção capitalista), cujas tarefas básicas "se reduzem àquelas atividades que não podem ser realizadas com lucro pelo proprietário particular. Quanto ao resto, o Estado deve *laisser-faire et laisser-passer*. Em suma, o que é pedido ao Estado pelos proprietários é o direito de cada indivíduo perseguir seus próprios interesses. E como esses interesses são concebidos em termos econômicos, o governo não tem outra função a não ser garantir a proteção do jogo econômico" (ver Horta, José Silvério Bafa. *Planejamento Educacional*. In: Mendes, Durmeval Trigueiro, coord. *Filosofia da educação brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983. p. 202). O Estado liberal entra em colapso simultaneamente com o colapso da etapa concorrencial da fase de reprodução ampliada do modo de produção capitalista e da ideologia liberal que lhe é inerente. "Este colapso e a conseqüente afirmação do capitalismo monopolista constituem o enraizamento infra-estrutural de uma nova ideologia: o neocapitalismo. Ao contrário da ideologia liberal, que se baseia na crença do espontaneísmo automático e ascensional da História, o neocapitalismo está centrado na concepção de que a História (inclusive, e sobretudo a economia) precisa ser dirigida. A ideologia neocapitalista, como qualquer ideologia, tende a

encarnar-se em aparelhos institucionais correspondentes — no caso, aparelhos da região jurídico-política, que na etapa monopolista da fase de reprodução ampliada do modo de produção capitalista assume a configuração da forma de *Estado intervencionista*" (cf. Bafa Horta, op. cit. p. 204/205).

Todas essas distinções Whitaker Ferreira realiza, embora de maneira não tão sistemática, ao longo das páginas que abrigam essa conversa imaginária sobre planejamento. É bem verdade que aqui e ali, durante os bate-papos, em muitas ocasiões o principal se dispersa e o acessório acaba por prevalecer — logicamente prejudicando o desenvolvimento de boa parte da argumentação. Há, também, algumas situações em que o autor exagera nas piadinhas e nas ironias. Mas como um todo, *Planejamento sim e não* (prefaciado por Paulo Freire) representa um antídoto eficaz contra a maioria dos manuais de planejamento (muito aceitos entre nós) que exclui a participação da comunidade na execução, nos resultados e nas decisões das questões vitais que irão condicionar a vida dos cidadãos que a integram.

Afrânio Mendes Catani

Professor no Instituto de Letras,  
Ciências Sociais e Educação da  
Unesp (Araraquara).

# (QUASE) TUDO SOBRE COMERCIALIZAÇÃO AQUI

planejamento do  
desenvolvimento comercial

Dalton Caetano

EDITORA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

194 p.

Veja e compre nas

Livrarias da FGV:

Rio - Praia de Botafogo, 188

e Presidente Wilson, 228-A;

São Paulo - Nove de Julho, 2029;

Brasília - CLS 104 - Bloco A, loja 37

ou

Peça pelo Reembolso

Postal à FGV/Editora - Divisão

de Vendas - Caixa Postal 9052

20000 - Rio de Janeiro - RJ